



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2015

Cód. 20 – Procurador Jurídico

1. Compete ao Município de Botucatu, dentre outras atribuições:
 - A) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excluído o de transporte coletivo.
 - B) constituir, mediante decreto, Guarda Municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações e Corpo de Bombeiros voluntários, obedecidos aos preceitos regulamentares pertinentes.
 - C) aprovar, observada a legislação suplementar estadual, as diretrizes orçamentárias, fixando as metas da administração municipal, inclusive as despesas de capital para o exercício orçamentário subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária.
 - D) criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual e assegurada participação popular.
2. Compete à Câmara Municipal de Botucatu, sem a necessidade de ulterior sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre outras, a seguinte atribuição:
 - A) criar e alterar cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos.
 - B) conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo.
 - C) prover a concessão administrativa de uso de bens municipais.
 - D) autorizar a realização de convênio com entidade pública ou particular e consórcio com outros Municípios.
3. De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Botucatu, deverá perder o mandato o Vereador:
 - A) que vier a sofrer condenação criminal decorrente do cometimento de crime contra a Administração Pública.
 - B) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, sem qualquer ressalva.
 - C) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.
 - D) que vier a sofrer sanção de natureza administrativa imposta pela Justiça Eleitoral.
4. Na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Botucatu devem ser observadas determinadas normas, relativamente ao aspecto econômico, tal regramento deve conter disposições sobre:
 - A) promoção social da comunidade.
 - B) criação de condições de bem-estar da população.
 - C) zoneamento urbano, loteamento urbano ou para fins urbanos.
 - D) integração da economia municipal à regional.
5. Relativamente à promoção da educação infantil e do ensino fundamental, o Município de Botucatu deve observar o seguinte princípio:
 - A) atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência, na rede escolar municipal, assegurando-se obrigatoriamente, matrícula em estabelecimento próximo à sua residência.
 - B) participação restrita de entidades que congreguem pais de alunos, professores e outros funcionários com o objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento de ensino.
 - C) garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, na rede escolar municipal, exceção feita aos que a ela não tiverem acesso na idade própria.
 - D) valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, o ingresso no Magistério e nas funções de Supervisão e Direção de unidade escolar, por meio de processo seletivo simplificado.

6. Apresenta-se como requisito para concessão do “auxílio-doença”:
- A) tratando-se de empregado urbano, deverá estar afastado do trabalho há pelo menos 10 (dez) dias.
 - B) comprovação da existência de doença que torne o segurado temporariamente incapaz de exercer suas atividades profissionais.
 - C) possuir o tempo mínimo de trabalho, sendo este de 6 (seis) meses como regra geral.
 - D) cuidando-se de empregado rural, poderá requerer o benefício no momento em que ficar incapacitado para o trabalho.
7. Apresenta-se como segurado obrigatório e especial da Previdência Social, a seguinte pessoa física:
- A) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
 - B) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
 - C) o pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
 - D) que presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos em lei.
8. Relativamente ao salário-de-contribuição, e em conformidade com as disposições da legislação previdenciária, pode ser afirmado que:
- A) o limite máximo do salário-de-contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
 - B) entende-se por salário-de-contribuição, para o empregado, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador.
 - C) o salário-maternidade não é considerado salário-de-contribuição.
 - D) quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho potencial.
9. Assinale a alternativa que NÃO contém um princípio ou diretriz própria da Seguridade Social.
- A) caráter centralizado da gestão administrativa.
 - B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - C) diversidade da base de financiamento.
 - D) equidade na forma de participação no custeio.
10. No que diz respeito aos Regimes de Previdência Social, pode ser afirmado o que segue:
- A) O regime privado é o mais amplo, responsável pela proteção da grande massa de trabalhadores brasileiros privados, sendo gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social.
 - B) No Brasil, existem 3 (três) sistemas básicos de previdência, o público oficial, o público facultativo e o privado.
 - C) O sistema público possui caráter regime de repartição complexa, sendo dividido em diversos subsistemas.
 - D) O sistema privado, de natureza contratual, é subdividido em Entidades Abertas de Previdência Complementar e Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
11. Entende-se em legítima defesa quem:
- A) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - B) pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, causado por injusta agressão, para o fim de defender a própria vida, o patrimônio e a honra, entre outros direitos subjetivos.
 - C) usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
 - D) agindo de forma proporcional, reage a injusta agressão, atual ou futura, objetivando tutelar direito próprio ou de terceiro.
12. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes:
- A) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou estrangeiro domiciliado no exterior.
 - B) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
 - C) contra a honra do Presidente da República.
 - D) contra o patrimônio ou a fé pública de pessoa jurídica de direito privado contratada pela União.

13. Assinale a alternativa que corresponde ao “princípio da ubiquidade” em sede de Direito Penal.
- A) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
 - B) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
 - C) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
14. A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:
- A) impedi-lo de obter a nacionalidade brasileira.
 - B) obrigar o condenado à prestação de serviços à comunidade.
 - C) impor ao réu o dever de reparar o dano, na exata proporção do delito cometido.
 - D) sujeitá-lo à medida de segurança.
15. De acordo com expressa previsão do Código Penal Brasileiro, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado; nesse sentido, pode ser afirmado que o dever de agir incumbe a quem:
- A) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
 - B) de outra forma, participou do resultado.
 - C) tenha por dever contratual responsabilidade objetiva em face da resultante.
 - D) presenciou o fato delituoso, dele tomando conhecimento inequívoco de sua autoria e materialidade.
16. De acordo com o disposto no Código de Processo Penal Brasileiro, incumbe à autoridade policial:
- A) fornecer à Procuradoria do Estado as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
 - B) expedir mandados de prisão, não olvidando a necessidade de se cumprir, com exatidão, os direitos constitucionais do acusado.
 - C) realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.
 - D) representar acerca da prisão em flagrante delito.
17. No que concerne ao perdão na ação penal privada, pode ser afirmado que:
- A) o perdão ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende.
 - B) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
 - C) se o querelante for menor de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.
 - D) se o querelado for mentalmente enfermo e não tiver representante legal, a aceitação do perdão caberá ao seu advogado, desde que regularmente constituído.
18. Não se considera em flagrante delito quem:
- A) acaba de cometer a infração penal.
 - B) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
 - C) está cometendo a infração penal.
 - D) é perseguido pela autoridade, em razão de notícia de ter sido ele o autor da infração penal.
19. Apresenta-se como medida cautelar diversa da prisão:
- A) monitoração eletrônica.
 - B) perda de cargo, emprego ou função pública.
 - C) proibição de ausentar-se do local do crime quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.
 - D) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado não tenha residência e trabalho fixos.
20. Cabe recurso no sentido estrito da decisão, despacho ou sentença:
- A) que concluir pela incompetência do juízo.
 - B) que deferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.
 - C) que receber a denúncia ou a queixa.
 - D) que julgar procedentes as exceções, inclusive a de suspeição.
21. Apresentam-se como fontes formais primárias do Direito Tributário:
- A) o decreto regulamentar e as instruções ministeriais.
 - B) a lei complementar e o decreto legislativo.
 - C) o regulamento e as ordens de serviço.
 - D) as normas complementares e as resoluções.

22. Assinale a alternativa que explicita a especificidade e finalidade dos tributos denominados “contribuições parafiscais”:
- A) são os que têm por finalidade buscar receitas para o Estado a fim de promover o financiamento de despesas extraordinárias ou urgentes, quando o interesse nacional esteja presente.
 - B) são aqueles que decorrem de atividades estatais, tais como os serviços públicos ou do exercício do poder de polícia.
 - C) são tributos instituídos para promover o financiamento de atividades públicas; cuidando-se de tributos finalísticos, a sua essência pode ser encontrada no destino dado, pela lei, ao que foi arrecadado.
 - D) são aqueles que se originam da realização de obra pública que implique valorização de imóvel do contribuinte.
23. No que diz respeito ao lançamento tributário, pode ser afirmado o que segue:
- A) o lançamento pode ser alterado por recurso de ofício de iniciativa do fisco, desde que se constate a existência de prévia impugnação, por via administrativa ou judicial.
 - B) lançamento por homologação é o que corresponde a tributo cuja iniciativa de apuração e de pagamento compete à Administração Pública tributante.
 - C) lançamento por iniciativa de ofício da autoridade administrativa é aquele efetivado para o fim de obedecer a determinação legal, para suprir a falta de declaração do sujeito passivo, ou em casos de irregularidades, consoante diretriz legal.
 - D) lançamento por declaração é o que deve ser feito pelo sujeito passivo da obrigação tributária, dependendo de confirmação e aval de terceiros.
24. Em sede de Direito Tributário, cabe à lei complementar:
- A) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência.
 - B) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
 - C) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies.
 - D) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
25. Os entes federativos, em matéria tributária, estão autorizados a:
- A) utilizar tributo com efeito de confisco.
 - B) cobrar tributos no exercício financeiro ulterior ao que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - C) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
 - D) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
26. O empregado não pode considerar rescindido o contrato quando:
- A) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, inclusive em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
 - B) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
 - C) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.
 - D) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.
27. Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:
- A) atraso significativo em face de uma relevante tarefa designada.
 - B) condenação criminal do empregado, ocorrendo suspensão da execução da pena.
 - C) atos atentatórios à segurança pública, devidamente comprovados em sindicância.
 - D) ato de improbidade.
28. Assinale a Súmula (ou Enunciado) oriunda do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que se encontra em plena vigência.
- A) As pessoas jurídicas de direito público não estão sujeitas a prévio pagamento de custas, nem a depósito da importância da condenação, para o processamento de recurso na Justiça do Trabalho.
 - B) Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.
 - C) Para comprovação da divergência justificadora do recurso é necessário que o recorrente junte certidão, ou documento equivalente, do acórdão paradigma ou faça transcrição do trecho pertinente à hipótese, indicando sua origem e esclarecendo a fonte da publicação, isto é, órgão oficial ou repertório idôneo de jurisprudência.
 - D) É devida a gratificação natalina proporcional na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro.

29. Assinale a alternativa que apresenta hipóteses que não configuram causas aptas a ensejar a estabilidade no emprego:
- A) registro de candidatura a cargo de direção ou representação em entidade sindical e gravidez.
 - B) condição de Dirigente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e doença ocupacional.
 - C) férias ou afastamento do trabalho em razão da realização de curso de aperfeiçoamento profissional.
 - D) acidente de trabalho e candidatura a cargo de direção ou representação de associação profissional.
30. Apresenta-se como direito social expressamente previsto na Constituição Federal:
- A) proteção em face da automação, na forma da lei.
 - B) interposição de mandado de segurança coletivo por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - C) inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
 - D) liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
31. São bens da União:
- A) os imóveis privados desapropriados por interesse social.
 - B) os potenciais de energia hidráulica.
 - C) os prédios públicos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
 - D) as áreas de proteção ambiental.
32. Apresenta-se como causa atenuante da responsabilidade civil do Estado:
- A) culpa exclusiva de terceiro.
 - B) culpa exclusiva do agente público.
 - C) caso fortuito ou força maior.
 - D) culpa concorrente.
33. Serviços públicos “uti singuli” são aqueles que:
- A) se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados, razão pela qual não podem ser delegados a particulares.
 - B) a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.
 - C) têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário; cuidando-se de serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, devem ser remunerados por taxa ou tarifa, e não por imposto.
 - D) não afetam substancialmente as necessidades da comunidade, mas satisfazem interesses comuns de seus membros, e, por isso, a Administração os presta remuneradamente, por seus órgãos ou entidades descentralizadas, ou delega sua prestação.
34. Atos administrativos ordinatórios são aqueles:
- A) que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.
 - B) que tem como destinatárias pessoas além da Administração Pública e, portanto, necessitam de publicidade para que produzam adequadamente seus efeitos.
 - C) pelos quais o poder público age de forma imperativa sobre os administrados, impondo-lhes obrigações.
 - D) em que a Administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, constantes de registros, processos e arquivos públicos, sendo vinculados quanto ao motivo e ao conteúdo.
35. As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas:
- A) até 10 (dez) anos após o término do exercício do mandato de cargo em comissão ou de função de confiança.
 - B) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
 - C) até 30 (trinta) anos após o término do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.
 - D) a qualquer tempo, visto que a Constituição Federal determina a sua imprescritibilidade.
36. NÃO se encontra legitimado(a) para a propositura da ação civil pública:
- A) a Sociedade de economia mista.
 - B) o Município.
 - C) a Defensoria Pública.
 - D) a Associação que não esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil.

37. No que diz respeito à ação popular, pode ser afirmado que:
- A) a sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, deve condenar o autor ao pagamento do décuplo das custas.
 - B) a prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o documento de identidade (RG), ou com expediente documental que a ele corresponda.
 - C) a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, não poderá se abster de contestar o pedido.
 - D) quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz prevento.
38. A Lei do Inquilinato determina que deve ser concedida liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo:
- A) o término do prazo da locação não residencial, tendo sido proposta a ação em até noventa dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.
 - B) a falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação no vencimento, ainda que o contrato conte com as garantias admitidas na lei.
 - C) a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário.
 - D) o término do prazo da locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em até noventa dias após o vencimento do contrato.
39. No que concerne aos embargos de terceiro, pode ser afirmado o que segue:
- A) Os embargos podem ser opostos no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, e, no processo de execução, até quinze dias depois da arrematação, e antes da assinatura da respectiva carta.
 - B) A citação deve ser pessoal, se o embargado não tiver procurador constituído nos autos da ação principal.
 - C) Julgando razoavelmente provada a posse, o juiz pode deferir os embargos e expedir mandado de manutenção em favor do embargante, que poderá receber os bens, independente de prestação de caução.
 - D) Equipara-se a terceiro a parte que, posto figure no processo, defende bens que, pelo título de sua aquisição ou pela qualidade em que os possui, podem ser atingidos pela apreensão judicial.
40. Na ação de mandado de segurança, ao despachar a petição inicial, o juiz deve ordenar:
- A) que se interrompa o ato que deu motivo ao pedido, não sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, para qualquer fim.
 - B) que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
 - C) que se informe quanto ao ato que deu origem ao pedido, quando houver fundamento relevante, sendo facultado exigir do impetrante depósito, com o objetivo de assegurar o interesse da pessoa jurídica de direito público.
 - D) que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a via original acompanhada dos documentos juntados ao pedido, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações.
41. No regime de casamento da comunhão parcial de bens, excluem-se da comunhão:
- A) os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.
 - B) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
 - C) os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.
 - D) os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.
42. Apresenta-se como testamento especial:
- A) o codicilo.
 - B) o testamento particular.
 - C) o testamento marítimo.
 - D) o testamento cerrado.
43. Em conformidade com expressa disposição da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, pode ser afirmado que:
- A) os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, podem adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.
 - B) nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.
 - C) reputa-se direito adquirido o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
 - D) a lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

44. Não podem ser revogadas por ingratidão as doações:
- A) se o donatário se cometeu ofensa física contra o doador.
 - B) se o donatário cometeu crime doloso contra o doador.
 - C) se o donatário, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava.
 - D) se o donatário injuriou gravemente ou caluniou o doador.
45. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:
- A) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
 - B) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - C) as energias que tenham valor econômico.
 - D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
46. A lei deve estabelecer o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, devendo dispor sobre:
- A) a constituição e o funcionamento dos conselhos de apoio e de gestão, com a participação de acionistas majoritários.
 - B) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
 - C) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas públicas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - D) sua função social e formas de autotutela e de fiscalização pelas entidades do terceiro setor.
47. Não constitui monopólio da União:
- A) o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.
 - B) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
 - C) a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, incluindo-se os radioisótopos.
 - D) a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
48. Em matéria orçamentária, a Constituição Federal não veda:
- A) a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
 - B) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
 - C) a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - D) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, mediante prévia autorização legislativa.
49. Compete privativamente ao Senado Federal:
- A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - B) processar e julgar os membros do Conselho Nacional do Ministério Público e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - C) eleger os membros do Conselho da República e os do Conselho de Defesa Nacional.
 - D) autorizar referendo e convocar plebiscito.
50. A Constituição Federal admite a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a:
- A) direito tributário e administrativo.
 - B) partidos políticos e direito processual civil.
 - C) nacionalidade e cidadania.
 - D) direitos políticos e direito eleitoral.